

# Roteiro da UE para o envolvimento com a sociedade civil no Brasil



Foto de Vera Lúcia Flores da Rosa, diretora de uma cooperativa de catadores de materiais recicláveis e participou de um projeto financiado pela UE coordenado pela Fundação Luterana Diaconia em apoio a cooperativas e associações de catadoras de materiais recicláveis no Estado do Rio Grande do Sul.

## INTRODUÇÃO

O Roteiro Brasil para o envolvimento da UE com a sociedade civil 2020 - 2025 é uma continuidade do primeiro Roteiro que foi preparado em 2014 e parcialmente atualizado em 2018. Em 2019, a Delegação da União Europeia no Brasil lançou um processo de revisão devido a mudanças no contexto do país e a eleição de um novo governo. Esse processo incluiu a revisão de documentos relevantes sobre contextos e estratégias, além de várias reuniões e seminários de consulta com as OSC. Com base nessas reuniões e análises, o Roteiro 2020 - 2025 foi desenvolvido. O roteiro foi aprovado em 8 de abril de 2020 pelos Chefes de Missão dos Estados Membros e da Delegação da União Europeia no Brasil. Este documento é um resumo do roteiro.



# BREVE ANÁLISE DO CONTEXTO E ENVOLVIMENTO

## PASSADO

### Dimensão política e institucional

As eleições brasileiras de outubro de 2018 trouxeram mudanças na composição do governo federal, com mudanças de posicionamento no âmbito de acordos internacionais e redirecionamento de políticas sociais e ambientais. Existem novos desafios no relacionamento com a sociedade civil organizada, que avalia ter perdido sua capacidade de influenciar positivamente políticas públicas em nível nacional. A participação da sociedade civil em espaços institucionais é paulatinamente limitada. A polarização política permanece como um desafio adicional para as instituições democráticas.

Nesse contexto, emergem novos atores com crescente protagonismo. Eles incluem (i) governos estaduais e municipais, que passaram a se articular em fóruns e consórcios com poder e visibilidade crescente, inclusive internacional (ii) o Congresso Nacional, que tem liderado a formulação de muitas políticas públicas em favor de governança democrática e (iii) instituições do poder judiciário, acionadas para proteger os direitos coletivos.

### Dimensão socioeconômica e ambiental

Há incertezas sobre o comportamento da economia nos próximos anos. O último ciclo de crescimento econômico no Brasil remonta ao período de 2009 a 2014. Em 2019, o índice de desemprego no país apresentou leve melhoria, atingindo 12,6 milhões de pessoas. Todavia a situação econômica deteriorou-se substancialmente como resultado da pandemia de coronavírus em 2020. Apesar de avanços nas últimas décadas, a desigualdade persiste como um problema estrutural, com sinais de crescimento nos últimos anos. Em 2018, 13,5 milhões de brasileiros viviam em extrema pobreza. O Brasil aparenta estar mais distante de cumprir com um de seus principais compromissos da Agenda 2030, de erradicar a miséria até 2030. Além das disparidades regionais, a população afrodescendente é a mais impactada, representando 75% das pessoas que vivem em extrema pobreza sendo negras.

A negação de oportunidades de educação para todos foi parcialmente abordada nas últimas duas décadas, mas enfrenta um momento de indefinição no atual governo. Quase metade da população adulta não concluiu o ensino médio e 23% os jovens de 15 a 29 anos não estuda nem trabalha. São esses jovens mais expostos a questões de violência. Nos últimos anos, o Brasil enfrentou desastres ambientais de grandes proporções, parte dos quais como reflexo das políticas governamentais. As perspectivas de crescimento econômico seguem tendo por base a exportação de *commodities* e a pressão sobre recursos naturais deve crescer nos próximos anos.

### Direitos Humanos e Estado de Direito

O novo governo promoveu sensíveis mudanças em orientação a políticas de direitos humanos. Durante uma das consultas com as OSC, foi relatado que houve progresso desde a Constituição de 1988, mas também que houve uma escalada de violação de direitos devido ao recente processo político. A consulta destacou vários aspectos a serem observados pela cooperação europeia. Isso incluiu: aumento da criminalização da liderança e dos movimentos sociais, fragilização institucional e financeiro de programas de proteção aos defensores dos direitos humanos e não reconhecimento oficial do papel das OSCs na proteção dos direitos

humanos. Também indicou uma paralização nos processos de regularização de terras indígenas e quilombolas e o fluxo de refugiados e migrantes para o Brasil.

Em suma, considerou-se que os desafios comuns mais urgentes que merecem atenção especial da cooperação europeia incluem:

- Superação das desigualdades sociais e econômicas
- Fortalecimento da sociedade civil e promoção de um ambiente propício
- Proteção dos direitos humanos
- Meio ambiente e clima
- Desenvolvimento de uma economia sustentável

Essas prioridades tratam de temas sensíveis que sustentam os princípios orientadores dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS). Por isso, a Agenda 2030 permanecerá como um elo central na relação da cooperação europeia com a sociedade civil brasileira.



Foto do projeto "Organizações da sociedade civil na região Nordeste monitorando, por meio de mecanismos participativos, a implementação de políticas públicas", coordenado pela Casa Pequeno Davi em parceria com a organização europeia United Purpose e as OSCs brasileiras Menina Feliz e Instituto Frei Beda de Desenvolvimento Social, juntamente com a Rede de Educação do Cidadão (RECID).

# ESTRATÉGIA DA UE E PLANO DE AÇÃO PARA O ENGAJAMENTO DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

DESAFIOS E OPORTUNIDADES CENTRAIS	PRIORIDADES PARA ENGAJAMENTO DA UE	AÇÕES (análises, diálogo político, apoio operacional)	MEIOS (programas/instrumentos, etc.)
<b>1. Desigualdade no Brasil persiste como um problema estrutural e se manifesta de diversas maneiras. O alcance das metas do ODS 10, em particular, é estruturante para a realização dos outros 16 objetivos do desenvolvimento sustentável.</b>	Superação das desigualdades sociais e econômicas com vista ao alcance das metas do ODS.	<ol style="list-style-type: none"><li>1.1 Inserir a questão étnica / racial como um eixo estruturante nas linhas de fomento da UE.</li><li>1.2 Apoiar a produção de informações e análises independentes sobre desigualdades no Brasil.</li><li>1.3 Reforçar a abordagem de gênero</li><li>1.4 Priorizar a questão da desigualdade no diálogo político</li><li>1.5 Reforçar o papel de grupos locais por meio de convites específicos para fundos de pequenos projetos.</li></ol>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Temático Organizações da Sociedade Civil</li><li>• Instrumento Europeu para a Promoção da Democracia e dos Direitos Humanos (IEDDH)</li><li>• Win-win: Igualdade de gênero significa bons negócios Mecanismo de apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil</li><li>• Cooperação dos Estados-Membros</li></ul>
<b>2. O papel e as estratégias da sociedade civil devem ser repensados em um contexto de tendência à redução dos espaços de participação e diálogo entre as OSC e o Estado. Implementação do ODS 16.</b>	Fortalecimento da sociedade civil e promoção de um ambiente favorável para à sua atuação.	<ol style="list-style-type: none"><li>2.1 Impulsionar a implementação do MROSC</li><li>2.2 Dar continuidade à cooperação com associações de autoridades locais por meio de diálogo político, convites à apresentação de propostas e ações de capacitação</li><li>2.3. Os convites à apresentação de propostas priorizam a implementação de acordos internacionais: Agenda 2030, Acordo de Paris, Acordo de Associação Mercosul - UE.</li><li>2.4 Dar suporte a ações de advocacy em nível nacional e internacional em garantia a um ambiente favorável às OSC.</li><li>2.5 Promover com regularidade diálogos estruturados sobre o estado geral da sociedade civil brasileira, com a participação dos Estados membros.</li></ol>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Temático Organizações da Sociedade Civil. Mecanismo de Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil</li><li>• Conduta de Negócios Responsáveis na América Latina e no Caribe</li><li>• Programas de I&amp;I da UE Horizonte 2020 (2014-2020) e Horizonte Europa (2021-2027)</li><li>• Cooperação dos Estados-Membros</li></ul>
<b>3. Crescente vulnerabilidade nos direitos coletivos adquiridos. A garantia dos Direitos Humanos é uma pré-condição para cumprimento dos ODS.</b>	Superação das desigualdades sociais e econômicas com vista ao alcance das metas do ODS.	<ol style="list-style-type: none"><li>3.1 Inserir a questão étnica / racial nas linhas de fomento da UE.</li><li>3.2. Apoiar a produção de informações e análises independentes sobre desigualdades no Brasil.</li><li>3.3. Reforçar a abordagem de gênero como elemento importante da cooperação europeia, focalizando temas menos sensíveis: p. ex.: autonomia econômica e violência contra as mulheres.</li><li>3.4. Priorizar o tema de desigualdade no diálogo político com o Estado brasileiro para construção de políticas públicas.</li><li>3.5. Reforçar o papel de grupos locais no enfrentamento às desigualdades por meio de convites específicos de fundos para pequenos projetos.</li></ol>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Programa Temático Organizações da Sociedade Civil</li><li>• Instrumento Europeu para a Promoção de Democracia e Direitos Humanos (EIDHR)</li><li>• Win-win: Igualdade de gênero significa bons negócios</li><li>• Mecanismo de apoio aos diálogos setoriais UE-Brasil</li><li>• Cooperação dos Estados-Membros</li></ul>

**4. Tendência de reversão nos progressos feitos pelo Brasil para proteção do meio ambiente e da biodiversidade.**

Meio ambiente e mudança climática

- 4.1 Dar suporte à criação de mecanismos sociais de controle e monitoramento de indicadores socioambientais.
- 4.2 Apoiar projetos de mitigação e adaptação às mudanças climáticas em todos os biomas brasileiros - não apenas na Amazônia.
- 4.3 Priorizar o apoio a processos de consentimento livre, prévio e informado a partir da aplicação da Convenção 169 no Brasil.
- 4.4 Estabelecer parcerias estratégicas para a implementação dos compromissos da Agenda 2030 e do Acordo de Paris pelo Brasil.
- 4.5 Contribuir com políticas públicas urbanas de mitigação climática e ambiental.

- Programa Temático Organizações da Sociedade Civil
- Mecanismo de Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil
- IUC – LAC: O Programa Internacional de Cooperação Urbana na América Latina e Caribe.
- SPIPA – Apoio à implementação do Acordo de Paris
- Programas de I&I da UE Horizon.
- Cooperação dos Estados-Membros

**5. Fomentar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis em um contexto de acordo de associação entre o Mercosul e a União Europeia.**

Desenvolvimento de uma economia sustentável

- 5.1 Promover mecanismos de participação da sociedade civil na construção e implementação do Acordo de Associação União Europeia-Mercosul, garantindo transparência e visibilidade.
- 5.2 Apoiar iniciativas sustentáveis de geração de renda, priorizando grupos sociais em situação de vulnerabilidade.
- 5.3 Incentivar parcerias entre empresas e empreendimentos da economia popular para construção de novos modelos éticos e sustentáveis; engajar as OSC no Programa de Pesquisa e Inovação.
- 5.4 Apoiar a participação da sociedade civil em iniciativas para cadeias de suprimentos sustentáveis
- 5.5 Apoiar projetos de associações comerciais para o fortalecimento da responsabilidade social e ambiental corporativa e para uma agenda de trabalho digno.

- Programa Temático Organizações da Sociedade Civil. Mecanismo de Apoio a Políticas
- Mecanismo de Apoio aos Diálogos Setoriais UE-Brasil
- Responsabilidade Social Corporativa na América Latina e no Caribe
- Programas de I&I da UE Horizonte 2020 (2014-2020) e Horizonte Europa (2021-2027)
- Cooperação dos Estados-Membros